

Narrativas privadas em espaços públicos digitais: relatos de estupro na página Projeto Fênix no Facebook

Private Narratives in Digital Public Spaces: Rape Reports in Fênix Project Facebook Page

Viviane Borelli

Universidad Federal De Santa Maria

boreliviviane@gmail.com

Marlon Santa Maria Dias

Universidad Federal De Santa Maria

marlon.smdias@gmail.com

Fecha de recepción: 5 de mayo 2016

Fecha de recepción evaluador: 10 de junio de 2016

Fecha de recepción corrección: 15 de julio de 2016

Resumo

Analisa-se a construção narrativa de relatos de estupro publicados na página Projeto Fênix, no Facebook. O objetivo central é refletir sobre o modo como as categorias público e privado são tensionadas nesses relatos, bem como apontar indícios de como essa prática de relatar os abusos sofridos se efetiva nas redes sociais digitais e cria uma rede de aconselhamento, dando contornos de esfera pública a esse espaço digital. Para tanto, parte-se de uma discussão teórica sobre a dicotomia público/privado, a partir de uma perspectiva feminista (Okin, 2008; Aboim, 2012) que defende o atravessamento de uma questão de gênero na correlação entre esses dois conceitos. Essa discussão dá base para compreender como se estrutura o espaço público e as possibilidades de se pensar os ambientes digitais enquanto espaço público, a partir da forma como historicamente esses ambientes vêm se consolidando como lugares de discussão, embate e articulação de lutas. Na última parte, são analisados enunciados extraídos de narrativas das vítimas de estupro por meio da análise semiológica (Verón, 2005).

Palavras-chave: público e privado, narrativa, estupro.

Abstract

This paper analyzes the narrative construction of rape reports published in the Fênix Project Facebook page. The main objective is to reflect on how public and private categories are stressed in these reports, and to identify evidences of how this practice of reporting the abuses suffered is effective in digital social networks and creates a counselling network, providing the digital space with contours of a public sphere. Therefore, the discussion arises from a theoretical outlook on the public / private dichotomy from a feminist perspective (Okin, 2008; Aboim, 2012), defending the crossing of a gender issue in the correlation between these two concepts. This discussion provides a basis for understanding the ways in which the public space is structured and the possibilities of thinking digital environments as a public space, considering the way they have been historically consolidated as places of discussion, struggle and articulation. In the final part of this study, enunciations extracted from rape victims' narratives are examined through a semiotic analysis (Verón, 2005).

Keywords: Public and Private, Narrative, Rape.

Introdução

Uma das dicotomias da história da humanidade refere-se à distinção de público e privado. Em diferentes áreas do conhecimento, pesquisadores debruçaram-se sobre essa dicotomia, tentando compreender sua influência na sociedade moderna. Em tempos de comunicação digital, interconexão de pessoas e informações, espaços digitais de visibilidade, ruptura dos polos de emissão e recepção e outras transformações que reconfiguram a sociedade e delinham uma ambiência midiaticizada, discutir a porosidade da dicotomia supracitada torna-se um imperativo para compreender a sociedade em que vivemos.

Entendemos que as conexões entre público e privado tornam-se cada vez mais explícitas no contexto atual de midiaticização da sociedade (Verón, 1997, 2012; Sodré, 2002; Fausto Neto, 2008). Para Fausto Neto (2008, p. 92), enquanto que num estágio anterior a centralidade estava nos meios (estes organizavam os processos de interação entre os campos e seus agentes), hoje a sociedade está “em vias de midiaticização”, havendo lógicas de uma “cultura midiática” que atravessa o seu funcionamento.

Nesse contexto, há novos regimes discursivos que são construídos segundo lógicas midiáticas e menos dependentes do papel de mediação das mídias tradicionais. No que nomeou esquema para análise da semiose da midiaticização, Verón (1997) problematizou que as relações nas sociedades pós-industriais entre instituições, mídias, sujeitos e coletivos são afetadas por lógicas midiáticas. Ou seja, as mídias passaram a

ocupar um lugar central no processo de desenvolvimento das sociedades, implicando em relações midiáticas.

Estaríamos vivendo e expressando nossas experiências de uma outra forma, pois há um outro modo de ser no mundo, um ethos midiático (Sodré, 2002). Nesse sentido, compreende-se que os relatos publicados pelo Projeto Fênix foram produzidos através de estratégias discursivas singulares desenvolvidas pelas mulheres e que acabaram construindo um corpo significativo (Peruzzolo, 1994) que remete à processualidade da midiática da sociedade.

O homem é um produtor de signos por natureza, o que implica na construção de discursos próprios para expressar-se, mostrar-se, dialogar, conversar e constituir-se como sujeito. Para Verón (2012, p. 18), a semiótica social é o “processo de produção de signos pelos sapiens”. Esse processo de construção de um sujeito simbólico toma forma pelas linguagens através de dispositivos técnicos. O autor sugere que o conceito de midiática deve ser compreendido junto ao papel dos dispositivos, pois “pressupõe a construção de uma história” (Verón, 2012, p. 20).

Conforme Di Felice (2014), as transformações decorrentes do surgimento das tecnologias de comunicação tinham como aspecto central a rapidez com que as informações circulavam. O autor identifica três grandes revoluções na história da humanidade: o surgimento da escrita, a invenção da prensa de Gutenberg e o desenvolvimento dos meios eletrônicos na Revolução Industrial. Para o autor, viveríamos hoje uma quarta revolução comunicativa, em decorrência da implementação de tecnologias digitais, que “estaria realizando importantes transformações no interior dos distintos aspectos do convívio humano” (Di Felice, 2014, p. 6). Para o autor, essas revoluções representaram não só novas possibilidades de comunicação, mas sobretudo “novas práticas interativas” (Di Felice, 2014, p. 2).

Esse cenário de transformações nos motiva a pensar nas conseqüentes mutações por que passa o espaço público contemporâneo. Hoje é frequente a discussão sobre o “imperativo de visibilidade” (Sibilia, 2008) que reinaria na internet, com a proliferação de blogs, sites de relacionamento e, especialmente, sites de redes sociais. A visibilidade torna-se um valor social e os sujeitos passam a construir-se nesses espaços da maneira como gostariam de ser vistos.

As formas de exposição narcísica do “eu” nas ambiências digitais são elementos que constituem essas interações e que se ligam à dicotomia público/privado. O que motiva nossa reflexão é a presença, nesses ambientes digitais, de fragmentos narrativos da ordem do íntimo (privado) que fogem a essa necessidade de tornar visível uma “felicidade compulsiva e compulsória” (Freire Filho, 2010), mas que se configuram enquanto relatos de sofrimento.

O objeto empírico de estudo¹ é a página do Projeto Fênix² no Facebook, que reúne relatos de mulheres que já sofreram abusos sexuais e que, como forma de expurgar a dor e ajudar outras mulheres que se encontram na mesma situação, resolveram publicar suas histórias. A partir da postagem, cria-se uma rede de aconselhamento e interação, que se inicia já na publicação feita pela administradora da página, que escreve um texto introdutório para ajudar as mulheres violentadas, reforçando que elas não são culpadas pelo ocorrido. Esses relatos tornam-se visíveis diante das possibilidades que esses espaços digitais proporcionam e trazem à tona uma importante discussão acerca desses crimes e suas consequências para as vítimas, que relatam e compartilham os seus sofrimentos.

Assim, o objetivo central do artigo é analisar como essas narrativas privadas são construídas na página do Projeto Fênix a partir da seleção de alguns enunciados. Para isso, buscamos perceber o modo como as categorias público e privado são tensionadas nessas narrativas, bem como o modo como essa dicotomia está atravessada por uma questão de gênero exposta pelo relato das mulheres. Para tanto, iniciamos nossa reflexão com uma discussão sobre a distinção público/privado. Em seguida, discutimos as possibilidades de se pensar no ambiente digital como um espaço público. Por fim, descrevemos e analisamos alguns relatos com inspiração na análise semiológica desenvolvida por Eliseo Verón (2005).

A dicotomia público/privado

Marcada pela imprecisão de suas fronteiras, a relação entre público/privado constitui-se como uma das grandes dicotomias da teoria social contemporânea (Aboim, 2012). A tensão que se situa entre esses polos, cuja distinção é historicamente variável, é característica da afirmação da modernidade e de todo o seu processo de organização e desenvolvimento. Conforme Esteves (2011, p. 167), público e privado “estabeleceram uma espécie de matriz simbólica geral a partir da qual se viria a constituir uma série de outras dicotomias estruturantes das sociedades da Antiguidade”.

É consenso pensar o espaço público clássico, especialmente o da Grécia Antiga, como paradigma do que viria a ser retomado como o espaço público moderno. Tidos como “domínios da experiência distintos” (Esteves, 2011, p. 167), público e privado situavam-se em lados opostos: o primeiro relacionado ao espaço da ágora, praça onde se reuniam os cidadãos para o debate e deliberação sobre a cidade; o segundo restrito à casa (oikos), espaço de dominação exercida pelo senhor.

Esteves (2011, p. 168) pontua que público tornou-se sinônimo de político, afinal, as questões da vida coletiva eram tomadas na praça pública, constituindo-se como o “âmbito do exercício do poder”, assumindo-se como o “reino da liberdade”. Do lado

oposto, estaria a esfera do privado, “reino da necessidade”, em que imperam questões relativas ao trabalho e à vida doméstica.

Ao discorrer sobre a formação dos públicos (em contraposição à ideia de massas), Esteves (2011) afirma que estes seriam uma forma de sociabilidade que media a relação público/privado. Por constituírem-se como domínios distintos da experiência humana, cada uma dessas esferas possui seu quadro de valores e normas que regem os espaços de vida. Ademais, a interdependência entre público e privado é fundamental para o reconhecimento de sua existência e afirmação.

Reconhecer essa interdependência é também posicionar-se contrário a uma ideia, difundida por algumas correntes da teoria política, de que essas duas esferas (pública e privada) estariam suficientemente separadas, sendo facilmente distinguíveis, como se fosse possível discutir o público sem considerar o privado e vice-versa. Essa crítica é feita, especialmente, por estudos feministas, que refutam teorias que têm esses conceitos como não-problemáticos (Okin, 2008, p. 305). Esses estudos colocam o gênero³ como categoria de análise primordial para pensar as distinções entre as duas esferas.

A filósofa Susan Moller Okin (2008) discute essa ausência de reflexão sobre o gênero na teoria política e identifica duas formas principais de sua manifestação: a negligência à realidade política das relações familiares e a linguagem ‘neutra’, que leva teóricos a reafirmarem essa dicotomia sem considerar sua natureza patriarcal. Uma consequência disso, como já dito, é interpretar os domínios público e privado isoladamente. Não sem propósito, um dos principais slogans da luta feminista é “o pessoal é político”, frase que expõe a crítica do movimento social à convencional dicotomia público/privado, que se constitui como uma “poderosa estrutura ideológica de dominação (de gênero)” (Esteves, 2011, p. 171).

Destarte, a crítica feminista refere-se a seguinte questão: se o público é o “âmbito do exercício do poder”, como afirma Esteves (2011), e este é seu caráter distintivo, o que acontece na vida pessoal não está imune a essas dinâmicas de poder, tampouco podem ser interpretadas de modo isolado, desconsiderando o domínio da vida não-doméstica, econômica, política (Okin, 2008, p. 314). Ademais, consideramos que as relações sociais se estabelecem através de negociações de poder, em que os indivíduos possuem, de algum modo, determinado poder, inclusive no âmbito doméstico (privado). Este fenômeno é denominado por Saffioti (2004) como “síndrome do pequeno poder” e estaria relacionada ao fato de que todos ocupam um determinado lugar nas hierarquias de poder, exercendo-o conforme as diferentes situações vividas.

Desse modo, consideramos a questão de gênero como categoria transversal às discussões sobre a dicotomia público/privado. Como aponta Aboim (2012), a construção moderna desta dicotomia se dá pela emergência da modernidade, pelo capitalismo e pela expansão das cidades industriais, que constituem de maneira evidente a associação do

masculino à vida pública e do feminino à vida privada. Este é modelo de família burguesa que passa a imperar a partir do século XIX. É notável, todavia, que esse modelo vem passando por constantes transformações, em decorrência sobretudo dos direitos conquistados pela luta dos movimentos feministas.

Ainda cabe lembrar que a noção de público é polissêmica e pode referir-se ao Estado em oposição a todo o resto, à esfera pública da cidadania ou, ainda, a um espaço de sociabilidade. No entanto, um ponto em comum entre essas acepções, como destaca Aboim (2012, p. 113), é que “as mulheres, bem como outras categorias sociais, foram durante muito tempo excluídas da participação ativa no mundo do político e da governação, da cidadania e mesmo das sociabilidades tradicionais associadas ao exercício da masculinidade”. O doméstico era o lugar “natural” do feminino, junto à família. Assim, foram os movimentos sociais que forçaram (e ainda hoje forçam) a transformação da esfera pública. O espaço público, assim, alarga-se e presenciamos uma ampliação dos direitos dos sujeitos excluídos.

Esses apontamos iniciais sobre a dicotomia em questão nos direcionam à discussão sobre o palco onde se confrontam essas duas instâncias da vida humana: o espaço público. Para Esteves (2011, p. 171), o espaço público é o “espaço de mediação por excelência” do público e do privado. Como já dito, há uma interdependência entre os dois domínios. Como, então, se dá essa tensão entre público e privado em espaços públicos digitais?

Palcos de embates

O desenvolvimento da comunicação digital e o advento das novas tecnologias propiciaram um cenário de constantes mudanças, que impõe aos estudiosos um esforço de compreender as mutações recorrentes que nos afetam e que reconfiguram práticas sociais. Na milenar história da humanidade, a comunicação desenvolveu-se através de fluxos unidirecionais. Presenciamos hoje, em decorrência das transformações comunicativas da era digital, a introdução de um modelo rizomático⁴ de comunicação.

Com o advento dessas tecnologias, percebemos a redefinição das instâncias de produção e recepção e das formas de participação, o que permite que os atores sociais criem e difundam conteúdos na rede, sem que seja totalmente necessária a presença da mídia tradicional para que esse conteúdo atinja um grande número de pessoas.

Castells (2003) vê na internet um potencial “extraordinário” para a expressão de direitos dos cidadãos, potencial realizável quando a internet permite que as pessoas estejam na “praça pública digital” para se expressar e compartilhar esperanças. Para o autor, as novas tecnologias transformam a dimensão política de nossas vidas. O advento da internet modificou nosso modo de estar no mundo e abriu possibilidades técnicas para ampliar a interação humana. É preciso considerar, todavia, os entraves que ainda limitam

o potencial da internet: “o acesso à rede, o desenvolvimento da educação, a aquisição de computadores, o interesse político, a liberdade política, o desprendimento, a desinibição, o conhecimento técnico e as capacidades cognitivas para participar e colaborar” (Alves, 2010, p. 2).

Esse cenário de mudanças no âmbito comunicacional nos faz pensar sobre as possibilidades de a internet propiciar uma esfera pública interconectada, de as redes sociais digitais serem consideradas espaços públicos. Dentre os conceitos mais difundidos de esfera pública está o de Habermas (2003), que a pensa como uma instância de reivindicação de poder. Para o autor, pessoas privadas reúnem-se em público para reivindicar uma esfera pública “regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social” (Habermas, 2003, p. 42).

Essa concepção, no entanto, está muito ligada à burguesia, detentora do poder econômico, não considerando a emergência dos movimentos populares, por exemplo. Nesse sentido, o espaço público é excludente, pois se volta aos interesses de uma classe específica. Esse espaço era pensado, fisicamente, nos locais onde os burgueses se reuniam, como salões e cafés. Esses espaços, continua Habermas (2003), foram sendo substituídos cada vez mais pelos meios de comunicação impressos. Ao discorrer sobre a evolução do conceito de esfera pública habermasiano, Guedes (2010) nos mostra como a esfera pública, de caráter crítico, passa a ser vista como uma esfera pública de manipulação, construída de acordo com os interesses dos grupos proprietários dos meios de comunicação.

A autora afirma que, ao passo que os teóricos (entre eles, Habermas) começam a considerar os movimentos de resistência, deixa-se de lado a ideia de uma esfera pública singular e toma-se a concepção de esferas públicas, em que há uma ampliação de possibilidades de participação e de deliberação públicas, com a abertura para outros segmentos da sociedade civil. Há aí duas características essenciais: a fragmentação e a pluralidade dos espaços públicos.

Posto isto, consideremos o cenário atual de mudanças tecnológicas e as consequências da popularização da internet. As tecnologias de comunicação permitem que problemas sociais antes encobertos ganhem visibilidade e propiciam novas formas de enfrentamento desses problemas. Há um emergente espaço público digital, caracterizado sobretudo pela visibilidade e pela formação de públicos que, mais do que nunca, podem se encontrar sem a necessidade do estar-junto físico.

A partir de mecanismos próprios, como fóruns e grupos de discussão, os espaços públicos digitais se organizam e criam esferas de debate que unem pessoas com interesses comuns. Mais do que isso, a sociedade em uma estrutura de redes torna possível

articulações que propiciam a organização de movimentos em atividades que não se restringem apenas aos espaços digitais, mas que tomam as ruas⁵. Ademais, a possibilidade de conexão múltipla favorece a disseminação de conteúdos quaisquer, formando correntes de pessoas que se unem em torno de uma causa comum.

Obviamente, os espaços digitais ainda encontram obstáculos para se efetivarem como uma esfera pública interconectada. Um dos principais fatores é o chamado “efeito Babel” (Alves, 2010, p. 6), em que muitos falam, mas poucos se entendem. Além disso, a pulverização dos espaços garante a visibilidade de alguns poucos, enquanto outros tantos espaços continuam marginalizados. A ilusão da integração dá espaço à segregação. Assim, é complicado transpor a ideia de uma esfera pública para o espaço virtual, especialmente pela constante mutabilidade de nossa sociedade, que se estrutura de modo complexo quanto às relações interativas de comunicação, o que dificulta o estabelecimento de debates na rede que levem a conclusões deliberativas.

Contudo, não se pode ignorar o importante avanço que traz a possibilidade de criação de novos espaços de visibilidade e negociação de pontos de vista diversos. São espaços de resistência e ações combativas que nos aproximam ainda mais de um modelo de sociedade democrática. Um desses espaços é a página que analisaremos na sequência. Com o intuito de tornar visíveis os relatos de estupros, a página compartilha testemunhos que têm como aspecto central a radical singularidade da dor, experiência ampliada em modos de subjetivação contemporânea compartilhados na rede.

Enunciando a dor: os relatos de estupro

No dia 31 de março de 2014, uma nova página era criada no Facebook. Intitulada Projeto Fênix, a página tinha como imagem de capa uma ilustração com a representação de um pássaro de fogo emergindo das chamas. A imagem dialoga com a narrativa mitológica que nomeia o projeto. Segundo a mitologia clássica, a fênix era um pássaro que morria, entrava em autocombustão e, logo, ressurgia de suas próprias cinzas. A lendária ave, presente em diferentes culturas, tornou-se símbolo do renascimento, da renovação, da circularidade da vida.

Foi essa simbologia que inspirou a nomeação da página que agrega relatos de mulheres vítimas de violência sexual. A descrição da página faz essa conexão entre o mito e o real: “O Projeto Fênix vem para expor relatos de mulheres que ressurgem das cinzas de seu passado, dando voz a dor que foi silenciada por anos”. A página possui 731 seguidores e conta com 48 relatos⁶. Laura Sagrilo, criadora do Projeto Fênix, escreveu uma primeira postagem⁷ na qual explica como a página teve início. Segundo ela, uma amiga a procurou, em seu perfil pessoal na rede social Facebook, pedindo para que ela publicasse o seu relato anonimamente, “pois estava cansada de guardar para si aquela dor”. Laura publicou em seu perfil pessoal o relato da amiga e, logo depois, começou a ser procurada por outras mulheres que também tinham sofrido abusos e que gostariam de

relatar suas experiências. Foi assim que nasceu a ideia de criar uma página no Facebook específica para compartilhar essas narrativas.

A concepção do Projeto Fênix se dá em um contexto bastante específico de discussão sobre o estupro no Brasil. Naquela mesma semana, entre o final de março e início de abril de 2014, uma notícia circulou e causou inúmeras discussões nos ambientes midiáticos: uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulada “Tolerância social à violência contra as mulheres”, apontou que 65% dos entrevistados concordavam com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”⁸. A divulgação da pesquisa, que expunha a culpabilização da mulher pelo abuso sofrido, resultou em diversas manifestações, sendo o protesto “Eu não mereço ser estuprada”⁹ o de maior relevo, com uma campanha nos ambientes digitais que envolveu milhares de pessoas. Como Laura ajudava a moderar o evento criado no Facebook, as mulheres começaram a procurá-la, a fim de relatar suas histórias.

Ao discorrer sobre a relação do testemunho com a memória coletiva, Gagnebin (2001) afirma que o testemunho põe em tensão as instâncias da ausência e da presença. O exercício de rememoração que é feito na ação de relatar algo abre a possibilidade para que os sujeitos tragam para o presente “aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (Gagnebin, 2001, p. 91). Apropriamo-nos do pensamento da autora para pensar, justamente, esses relatos que falam sobre um eu-íntimo, mas que se ligam a uma narrativa maior de experiências compartilhadas. De algum modo, o testemunho que falamos (neste caso, relatar os abusos) não se refere a uma forma de manter vivo o passado, mas sim a uma maneira de agir no presente, com o objetivo de transformação. Ou seja, os relatos se vinculam a uma tentativa de expurgar a dor e ajudar mulheres que se encontram na mesma situação.

A partir das ideias expostas, fazemos uma leitura dos sentidos que emanam dos relatos publicados na página do Projeto Fênix, bem como as tensões que se estabelecem entre público e privado. Como são 48 relatos, fizemos um recorte com base no seguinte critério: escolher as postagens que possuíam mais curtidas e comentários¹⁰. Com base nesse critério, selecionamos nove relatos que serão analisados especialmente através do processo de enunciação, buscando-se identificar algumas estratégias discursivas produzidas pelas enunciadoras do dito acerca de suas experiências.

Compreendemos, em consonância com Peruzzolo (2015, p. 6) que as estratégias discursivas são “mecanismos que regulam a cooperação entre subjetividades – enunciador e enunciatário – no jogo do estabelecimento dos sentidos”. O autor concebe que é preciso uma ação recíproca entre os seres humanos, que buscam um ao outro e, no ato de comunicar, se encontram. É a partir dessas marcas, mapeadas na superfície discursiva, que buscamos constituir o processo enunciativo de produção desses discursos e, com isso, compreender o modo como essas narrativas midiáticas se unem em torno de uma narrativa da dor.

Com inspiração nas produções de Verón (2005) acerca de análises semiológicas, identificamos operações discursivas inscritas no dispositivo de enunciação para compreender as posições de quem fala em relação a quem o discurso é dirigido, processo relacional que se concretiza no e pelo discurso. Para ele, “o sentido não existe senão em suas manifestações materiais, nas matérias significantes que mostram as marcas pelas quais é possível descobri-lo” (Verón, 1981, p. 103). Dessa forma, essa materialidade é composta pelos enunciados produzidos pelas mulheres em suas narrativas pessoais.

Para o autor, trabalho do analista circunscreve-se à reconstrução das operações do discurso que mostram as marcas discursivas na superfície textual. O movimento de análise, como pontua Verón (2005, p. 51, grifo do autor), fundamenta-se na reconstrução do “[...] processo de produção a partir do “produto”, consiste em passar do texto (inerte) à dinâmica de sua produção”. Como o autor frisa em suas análises, um mesmo discurso pode gerar vários efeitos de sentidos, o que remete à cadeia significativa infinita proposta por Charles Peirce. Nesse contexto, aqui propomos uma interpretação, uma leitura como refere Verón (2005), dentre outras que poderiam também ser feitas.

O primeiro aspecto que nos chama atenção nesses relatos é a semelhança narrativa. Mesmo sendo singulares, há uma progressão que une os relatos, como se as histórias de estupro compartilhassem entre si de um mesmo referencial, um mesmo roteiro de falsa sedução, agressão, culpabilização e silenciamento. Notamos isso, por exemplo, quando percebemos que a maioria das histórias tem como cenário o ambiente doméstico, sendo que, muitas vezes, o abusador é um familiar.

Eu tinha 11 anos, ele era meu padrasto, morava conosco há 2 anos. Deitei na cama da minha mãe pra ver TV... ele deitou do meu lado, me puxou pra perto, botou a mão dentro da minha calcinha e me tocou... (E1)¹¹.

Começou quando eu tinha uns 8 anos, meu irmão 9 anos mais velho me dava banho a mando de meus pais, já que eles não estavam em casa, apesar de eu já saber me lavar sozinha, ele passou a me esfregar. [...] E foi com 10 anos que ele penetrou. [...] nesse mesmo período um primo veio morar em nossa casa, também anos mais velho... (E18).

Quando eu tinha 10 anos. Minha mãe por confia tanto nas pessoas deixou um conhecido da família mora com eles na época. Um belo dia ela me deixou sozinha com ele na casa e saiu com o meu pai. Ele me pegou a força dentro do banheiro fez te tudo comigo e falou que iria me mata e mata os meus pais se eu contasse alguma coisa pra eles!! (E26).

No começo, eles me obrigavam apenas a assistir enquanto faziam sexo na cama dos meus pais, ou na minha cama. Depois de um tempo, ela me obrigava a ficar por perto enquanto eles transavam e ele acariciava minha bunda. (E46)

Tinha ente 4/5 anos quando começou. Foram meus dois irmãos, primos e amigos dos meus irmãos. Não sei exato quantos, só lembro dos abusos que sofri. (E48)

Os relatos são construídos com elementos de um texto narrativo – verbos de ação, cenários, personagens, conflitos – que transformam em discurso uma experiência sofrida e tem como intencionalidade a expurgação da dor. Os relatos mostram como as mulheres estão sujeitas a diversos modos de violência – física, psicológica, simbólica, etc. – desde cedo. O fato de o abuso já acontecer em um ambiente doméstico (âmbito privado), reforça os sentidos de algo que deve ser mantido em sigilo, que não pode ser dito, enunciado, que não é do interesse do público (de quem é de fora). A figura masculina, hierarquicamente superior à figura feminina, dita as regras do ambiente e a submissão a que a mulher é posta se revela desde a mais tenra idade. Algo também comum é o fato de a vítima ser menor de idade, logo, sem discernimento suficiente para entender que aquilo que sofre é um abuso.

Não entendi o que acontecia... mas vi que era errado porque ele me empurrou pra longe e me mandou não falar nunca naquilo quando o filho dele abriu a porta do quarto (E1).

E claro como o meu irmão ele disse que se contasse para o meu pai elediria que eu que queria, que eu que provoquei e que só eu iria apanhar! Eles não sabiam que faziam a mesma coisa comigo. (E18)

Só lembro que ele sempre dizia que eu não podia contar nada pra ninguém, que ele seria preso, os caras na cadeia iriam matar ele. Ai eu ficava com medo. (E29)

Com a coação do violentador, a vítima se fecha em uma clausura pessoal, atribuindo a si mesma a culpa pelo ocorrido. Essa culpabilização da mulher é notável nos relatos. Em uma sociedade que acha natural homens terem instintos sexuais aflorados, a mulher é quem precisa se “cuidar”, se proteger dos abusos, e o discurso de que a mulher deve “se dar ao respeito” (não usar roupas que mostrem o corpo, não seduzir os homens, não ter vários parceiros sexuais, etc.) é recorrente.

Eu não merecia ser abusada dentro de casa por membros da família por anos da minha infância! Duvido que minhas roupinhas da escola primaria tenha chamado tanta atenção assim. Ninguém merece ser estuprada! (E18)

Não sei o que mais me machucou: o estupro ou ser tratada como um lixo por aqueles que em tese, deveriam me defender... e os olhares, tão acusadores e cruéis! (E30).

Passamos pelos guardas de novo, eles viram meu estado, mas nada fizeram. Ele me largou no ponto de ônibus e saiu. Atravessei Santa Maria de ônibus e ninguém me ofereceu ajuda. [...]. Fui culpabilizada por amigos e familiares com frases do tipo "ah tu tava de saia..." Me perguntaram se eu era virgem quando isso aconteceu, como se se ser ou não diminuísse a violência. Se não fosse, era "menos pior" (E36).

Ela sonhava com aquilo tudo e achava que tinha feito algo errado. Ele era muito doce e fiel amigo, afinal, se ela era uma chorona, a culpa não era dele. Ela sabia que o primo a havia estuprado. Ela sabia, mas não contava para si mesma. Era segredo. (E45)

Não contei que "brincavam" porque não queria apanhar, não queria levar bronca. Afinal não brigavam com os meninos, para eles sempre ouvi e vi os adultos incentivarem a se tocarem "Cadê o pipi?", "Já tem pelos?", "Ta grande?", "Faz chichi na grama mesmo", "Este vai ser garanhão, pequeno assim já é taradinho"... estas frases são algumas das outras tantas que ouvi a vida toda sendo dirigida aos meninos. A mim sempre foi dito "Tira a mão", "Feio, não pode", "É sujo, não pode"... (E48).

É possível perceber nos trechos destacados até aqui que os casos são relatados na primeira pessoa do singular – apenas em E45 identificamos um relato na terceira pessoa – o que aproxima o enunciatário e amplifica a possibilidade de um sentimento empático pelo que é narrado, ou seja, o leitor coloca-se no lugar daquele que narra a história. Por meio da interação resultante nos comentários da publicação, percebemos que as narrativas de abusos são cotidianas às mulheres e que a culpa, o silenciamento e a opressão perpassam essas histórias.

A culpabilização da vítima está presente em todos os relatos. Em E18, por exemplo, o enunciador coloca em suspeição o argumento de que a roupa seria um signo de permissividade para o abuso, defendendo que independente da roupa que se use, ninguém merece ser estuprado. Essa discussão também está presente em E36, quando a vítima é questionada se estava usando saia – como se o uso de determinadas roupas justificasse a violência. Nesse mesmo relato, há também a presença da denúncia sobre a inoperância da polícia no tratamento de questões referentes à violência contra a mulher e da naturalização dessa violência – o que se percebe quando a mulher narra que atravessou a cidade e não recebeu a ajuda de ninguém.

Esses relatos, como afirmado pelas próprias mulheres violentadas, ficaram reclusos em suas memórias – muitas delas bloquearam essas lembranças como uma defesa. No entanto, a publicação de um relato fez desencadear uma série de outras histórias, motivando essas mulheres a contarem seus casos e compartilharem seus sofrimentos com outras tantas. Aqui destacamos a importância dos espaços digitais contemporâneos para a publicação desses relatos.

Quando falamos, anteriormente, que as redes sociais digitais possibilitavam uma ampliação dos modos de interação humana, falávamos exatamente sobre a teia que se forma quando, por exemplo, essas mulheres, que passaram pela mesma experiência de sofrimento, se unem em uma rede de aconselhamento. Essa rede diz respeito ao processo de interação discursiva que faz com que as pessoas se ajudem e trabalhem juntas na expurgação da dor. É também um processo de empoderamento das mulheres, com o objetivo de que percebam que a culpa pelo abuso sofrido não é nunca da vítima. Para

tanto, são utilizadas estratégias discursivas cujas intencionalidades apontam para um reconhecimento de uma força calcada no apoio mútuo e coletivo para a superação do trauma. São enunciações singulares, de um “eu” que reforça que o estupro é um crime e não um “dispositivo de merecimento e subjugação feminina” (Dias, 2016, p. 146).

O anonimato¹² dos relatos não influencia na empatia gerada pela leitura dos relatos, exatamente porque o fator que as une é a radical singularidade da dor. E elas reconhecem, nos próprios relatos, a importância de verbalizar o que estava silenciado.

Oi, tbm quero contar, aqui para todo mundo ouvir! mas sem me identificar (E18).

Eu lendo esses relatos de abuso resolvi fala o que aconteceu comigo (E26)

Resolvi contar abertamente pois lendo tantos relatos e chorando a dor de cada um deles, eu entendi que falar faz parte da cura! (E30).

A moderadora da página, Laura Sagrilo, estabelece uma relação discursiva com as pessoas que relatam suas histórias. Antes de cada relato, há uma frase de Laura que tem como interlocutoras as autoras dos relatos. Essas frases são produzidas a partir de estratégias discursivas que remetem à motivação, força e tentativa de mostrar para essas mulheres que elas não são culpadas.

Lamento que tenha passado por isso dentro de casa! Te desejo luz, amor e alegrias sem fim na sua vida!

Vc é linda e forte! Vc não tem culpa alguma. Não sinta raiva de si mesma, vc não tem culpa de nada. A culpa é dos agressores!

Assim, percebemos que as tensões entre público e privado não estão apenas no fato de as pessoas publicarem algo íntimo nos ambientes digitais. Essa dicotomia vai muito além e irrompe nas próprias histórias, em que mulheres são subjugadas e violentadas porque, historicamente, a figura do feminino é relacionada à esfera privada. Verbalizar essas histórias de dor, mesmo que anonimamente, é uma forma de tirar do silêncio o sofrimento. As consequências disso vão muito além da esfera digital, pois hoje as mulheres encontram um espaço para falar sobre o abuso sofrido e, quem sabe, podem também ter coragem de denunciar a partir da experiência compartilhada nessa rede de aconselhamento e apoio.

Por fim, é interessante pontuar a importância dos meios de comunicação no combate a essa e a outras violências, não apenas sofridas por mulheres, mas por todos os grupos oprimidos. Quanto mais a mídia pautar esse assunto, de modo ético, sem estereótipos e pré-julgamentos, mais chances haverá das pessoas se conscientizarem do assunto e até de perceberem que podem ter sido vítimas de violência. Em um dos relatos, uma das vítimas revela: “quando vi a primeira reportagem sobre pedofilia, é que entendi o que acontecia comigo” (E29). Ou seja, a criação e a manutenção desses espaços – se

não na mídia tradicional, nessas redes digitais – é fundamental não só para a interação, mas também pela disseminação de informação e de aconselhamentos que tem, como horizonte, a emancipação dos sujeitos.

Considerações Finais

Em 2014, foram registrados 47.646 casos de estupro no Brasil. Estima-se que apenas 35% das vítimas denunciem o abuso, o que eleva esse número para, aproximadamente, 136 mil estupros em um ano, o que equivale a dizer que a cada minuto, no Brasil, uma pessoa é vítima de estupro¹³. O número é alarmante e aponta para a necessidade de se colocar em pauta temas relacionados ao machismo. Violências e abusos contra a mulher permeiam a história de nossas civilizações, sedimentadas em uma cultura machocêntrica e patriarcal. Durante séculos, a concepção do feminino foi vinculada à fragilidade, inferioridade, sensualidade, tentação – vide as lendas e mitos que povoam nosso imaginário, como as de Eva, Lilith e Pandora.

No último século, especialmente, vimos a insurgência de movimentos feministas que lutavam pela igualdade de direitos, armando-se contra a esmagadora cultura machista, manifesta nas relações sociais, nos mais diferentes modos. A emergência das lutas feministas não apareceu sozinha, mas junto a um conjunto de pautas que colocavam no centro da discussão as opressões sofridas pelas minorias sociais – negros e negras, indígenas, LGBTs, camponeses, moradores das periferias, entre outros tantos. A organização desses movimentos teve um impulso com o desenvolvimento da comunicação digital, o advento das novas tecnologias e a crescente cultura midiática.

As transformações provenientes desse desenvolvimento das tecnologias de comunicação, especialmente as digitais, não podem ser pensadas apenas por um viés técnico. Como vimos, as múltiplas formas de apropriação e interação que a interconexão propicia fazem com que novos modos de socialização e subjetivação surjam. Esse cenário tensiona a dicotomia que estrutura a sociedade, público/privado. Essa distinção está no cerne de nossa discussão, ao passo que ela apresenta a sociedade por uma perspectiva masculina tradicional, que naturaliza os papéis de homens e mulheres. Desconstruir essa dicotomia por uma perspectiva feminista e que, finalmente, consiga incluir todas as pessoas, mostra-se como um desafio inadiável de nosso tempo.

Mesmo que as associações masculino/público e feminino/privado ainda prevaleçam em nossa sociedade (Okin, 2008; Aboim, 2012), o ideal democrático que guia a noção moderna de esfera pública passa a contrapor-se às lógicas patriarcais. Em decorrência disso, também, é que vemos esses movimentos feministas de empoderamento, que encontram hoje nas redes digitais um espaço para o compartilhamento de experiências e articulação de lutas.

Assim, buscamos refletir sobre a constituição desse micro espaços públicos no ambiente digital como uma consequência de uma cultura midiática e da constituição de um outro ethos, o midiático. Faz parte dessa nova cultura o processo de interlocução com o outro e a expressão de sentimentos e experiências que dizem respeito a ordem do privado. Mais um aspecto a destacar é que os atores sociais produzem narrativas para esses ambientes como forma também de expressar seu descontentamento com o que é tematizado pelos meios de comunicação tradicionais.

A análise que empreendemos da página do Projeto Fênix surge como uma tentativa de coadunar os conceitos de público e privado, através de uma perspectiva feminista, tensionando-os com o conceito de espaço público. Os enunciados trazidos à análise mostram narrativas de mulheres que sofreram algum tipo de abuso, nas quais se percebe essa violência é atravessada por uma questão de gênero. A dicotomia público/privado se mostra presente nos relatos de violência e aponta sua relação com as distinções masculino/feminino, desnudando hierarquias e conflitos que se sedimentam na cultura patriarcal. Mesmo que sucinta, a análise pelo viés semiológico reconstitui o cenário discursivo e aponta referentes compartilhados entre os relatos. A presença desses relatos biográficos em espaços digitais reforça a necessidade da pluralidade de vozes para o combate às opressões. E é neste ponto que nossa atenção se foca, afastando-se das discussões sobre a explosão de imagens narcísicas, pensando mais detidamente sobre conteúdos íntimos que se tornam públicos não como forma de exibição do eu, mas como pedido de socorro, enfrentamento e luta.

Referências

- Aboim, S. (2012). Do público e do privado: uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, 20, 95-117.
- Alves, N. T. T. (2010). Da formação de redes à esfera pública na internet: uma abordagem histórica do surgimento de comunidades online comunicação e crise. *Revista Eletrônica Comtempo*, 2, 1-9.
- Castells, M. (2003). *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol 1. São Paulo: Ed. 34.
- Di Felice, M. (2014). *Auréola digital: as manipulações tecnológicas do mundo e o fim do direito exclusivo da edição das informações*. Stoa, disciplinas da USP. Acessado em 28 de novembro de 2014, de <http://moodle.stoa.usp.br>.

- Dias, M. S. M. (2016). A circulação de sentidos em “Eu não mereço ser estuprada”: uma leitura do acontecimento midiaticizado. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Esteves, J. P. (2011). Sociologia da Comunicação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fausto Neto, A. (2008). Fragmentos de uma “analítica” da midiaticização. Revista Matrizes, 1, 89-105.
- Freire Filho, J. (2010). A felicidade na era da sua reprodutibilidade científica: construindo “pessoas cronicamente felizes”. In Freire Filho, J. (Org.). Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade (pp. 49-82). Rio de Janeiro, Brasil: FGV.
- Gagnebin, J. M. (2001). Memória, história, testemunho. In Bresciani, S. & Naxara, M. (org.) Memória e (res)sentimento: indagações sobre a questão sensível (pp. 85-94). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Guedes, E. (2010). Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses. BOCC, 1, 1-16.
- Habermas, J. (2003). Mudança Estrutural na Esfera Pública. Rio de Janeiro, Brasil: Tempo Brasileiro.
- Okin, S. M. (2008). Gênero, o público e o privado. Estudos Feministas, 16 (2), 305-332.
- Peruzzolo, A. C. (1994). A semiotização do corpo. In Peruzzolo, A. C. et al. O corpo semiotizado. Porto Alegre: EST.
- Peruzzolo, A. C. (2015). A estratégia semiológica dos discursos midiáticos. Texto elaborado para discussão na disciplina de Estratégias semiológicas dos discursos midiáticos. POSCOM. Santa Maria, RS: UFSM. Circulação dirigida aos alunos da disciplina.
- Saffioti, H. I. B. (2004) Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sibilia, P. (2008). O show do eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Sodré, M. (2002). Antropológica do espelho. Petrópolis: Vozes.
- Verón, E. (1981). A produção de sentido. São Paulo: Cultrix.
- Verón, E. (1997). Esquema para el análisis de la mediatización. Revista Diálogos de la Comunicación, 48.
- Verón, E. (2005). Fragmentos de um tecido. São Leopoldo, RS: UNISINOS.

Verón, E. (2012). Midiatização, novos regimes de significação, novas práticas analíticas? In Ferreira, M. F., Sampaio, A. O. & Fausto Neto, A. Mídia, Discurso e Sentido. Salvador: EDUFBA.

Notas

¹ Uma prévia deste artigo foi apresentada no GT de História da Mídia Digital, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia - Alcar/UFRGS, 2015.

² Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Projeto-Fênix/497638577007387>. Acesso em 01/10/2015

³ Em consonância com Okin (2008, p. 306), pensamos *gênero* como a “institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas”.

⁴ Pensamos aqui com Deleuze e Guattari (1995), que desenvolvem o conceito de *rizoma* a partir de uma metáfora que busca abarcar a multiplicidade de relações assimétricas da comunicação. Essas relações são caracterizadas pela multidirecionalidade (não há pontos de partida e chegada fixos, tampouco centro), pelo intercâmbio dos papéis de receptor e emissor, pela heterogeneidade dos nós e vínculos, pela imprevisibilidade dos encontros e pela ausência de hierarquia.

⁵ Lembremos das recentes articulações em rede que também tomaram o espaço físico: de marchas em prol de diferentes causas a grandes manifestações, como os Indignados na Espanha, o Occupy Wall Street (EUA), a Primavera Árabe, as jornadas populares de 2013 no Brasil.

⁶ Esses dados foram coletados em 01/12/2014.

⁷ Disponível em <http://tinyurl.com/jvk83n6>. Acesso em 01/04/2015.

⁸ A pesquisa foi divulgada em 27 de março de 2014. Uma semana depois, em 4 de abril, o Ipea lançou uma nota oficial que corrigia os dados divulgados na semana anterior. Segundo a nota, houve um erro na elaboração dos gráficos e a percentagem estava trocada: 65% dos entrevistados discordavam da afirmação de que as mulheres que usam roupas curtas mereciam ser vítimas de abuso. A alteração dos dados, no entanto, não minimizou o efeito das mobilizações, sobretudo porque os outros dados levantados pela pesquisa também denotavam o machismo que ainda permeia as diversas relações na sociedade brasileira.

⁹ Protesto em resposta aos dados da pesquisa do Ipea, que reforçava a ideia de que a mulher teria culpa pela violência sofrida. Criado pela jornalista Nana Queiroz, o protesto incentivava as mulheres a publicarem em seus perfis nas redes sociais fotos acompanhadas dos dizeres “Eu não mereço ser estuprada”. O protesto tornou-se uma mobilização emblemática na luta anti-estupro / feminista no Brasil.

¹⁰ Ferramentas de interação do Facebook. É possível curtir uma publicação, mostrando que você gostou dela, assim como é possível fazer comentários na publicação. As páginas no Facebook são abertas para que qualquer um que possua um perfil no site possa curtir, comentar e também compartilhar as postagens.

¹¹ Os relatos são identificados na página do Projeto Fênix através de números, que seguem a ordem da publicação. Desse modo, resolvemos identificá-los aqui com o código “E(x)”, sendo que “E” refere-se a enunciado e “x” ao número do relato tal qual aparece na página. Os relatos foram copiados aqui sem alterações.

¹² Dos relatos analisados, apenas dois não eram anônimos: o de Laura, violentada por um desconhecido, e o de Katia, violentada por um cliente do hotel onde trabalhava.

¹³ Dados do 9º Anuário Nacional de Segurança Pública (2015), divulgados em 8 de outubro de 2015 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acesso em 10/12/2015.